CLIPPING INTERNET

02/12/2022 ATÉ 02/12/2022

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS
1.1 SITE O MARANHENSE..... 1
2 DECISÕES
2.1 BLOG ATUAL 7..... 2
2.2 BLOG MARRAPÁ..... 3
2.3 SITE IMIRANTE.COM..... 4
3 DESEMBARGADOR
3.1 BLOG REPÓRTER TEMPO..... 5
4 INSTITUCIONAL
4.1 BLOG DO VARÃO..... 6
5 PONTO FACULTATIVO / FERIADO
5.1 BLOG SÍLVIA TEREZA..... 7
5.2 SITE IMIRANTE.COM..... 8
5.3 SITE O IMPARCIAL ONLINE..... 9
6 UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO
6.1 SITE CNJ..... 10
6.2 SITE O MARANHENSE..... 11
6.3 SITE O PROGRESSO..... 12
7 UNIDADES ADMINISTRATIVAS
7.1 BLOG DO JURACI FILHO..... 13

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
02/12/2022 - BLOG ATUAL 7
POSITIVA
TJ-MA mantém decisão que soltou assassino confesso de João Bosco

TJ-MA mantém decisão que soltou assassino confesso de João Bosco

Polícia Civil apura se motivação teria relação com suposta divisão de recursos públicos oriundos de um contrato do Governo do Maranhão

A 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão confirmou a decisão do desembargador Ronaldo Maciel que pôs em liberdade Gilbson César Soares Cutrim Júnior, assassino confesso do empresário João Bosco Sobrinho Pereira Oliveira.

A decisão, por voto unânime, foi tomada na sessão do último dia 17 de novembro.

Medidas cautelares determinadas em substituição à prisão, porém, como comparecimento mensal em juízo e proibição de manter contato ou aproximação com as testemunhas e investigados no inquérito policial, foram mantidas.

Gilbson Júnior havia sido preso temporariamente no dia 29 de agosto, com prisão convertida em preventiva posteriormente, após câmeras de segurança o mostrarem como autor de três disparos de arma de fogo contra Bosco, no dia 19 daquele mês, na praça de alimentação do Edifício Tech Office, no bairro Ponta d'Areia, em São Luís.

Para manter a decisão de soltura, os desembargadores observaram que Gilbson Júnior, desde o início das investigações, constituiu advogado e mostrou-se à disposição da autoridade policial, tendo, inclusive, apresentado-se espontaneamente, assumido a autoria delitiva e dado detalhes sobre a prática criminosa.

A Polícia Civil apura se a motivação do homicídio estaria relacionada à suposta divisão de recursos públicos oriundos de um contrato do Governo do Maranhão, conforme depoimento do acusado.

O pagamento, no valor de quase R$ 800 mil, teria sido efetuado pela SEDUC (Secretaria de Estado da Educação) após lobby do vereador Beto Castro (Avante). O parlamentar estava no local, reunido com os envolvidos, no momento do crime.

O caso é apurado em inquérito que tramita sob segredo de Justiça no Departamento de Homicídios da Capital – Área Leste.

Transmissão ao vivo: governador Carlos Brandão concede entrevista coletiva, às 9h desta sexta-feira (2), sobre abertura do Natal

Será realizada, nesta sexta-feira (2), no auditório do Palácio dos Leões, uma coletiva de imprensa para dar detalhes sobre a programação e atividades do Natal do Maranhão 2022. A coletiva com o governador Carlos Brandão, às 9h, terá transmissão ao vivo nas redes sociais do Governo do Maranhão.

O Natal do Maranhão 2022 é uma realização do Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Cultura e vai acontecer em 20 bairros da capital e zona rural, e em mais 20 cidades maranhenses.

Além das programações, uma decoração especial de Natal abrilhanta o Centro de São Luís, a exemplo da Praça dos Pescadores, portal de entrada da cidade, Praça Dom Pedro II, Palácio dos Leões, Prédio da JUCEMA, Palácio Episcopal, Igreja da Sé, Secretaria de Turismo, Edifício João Goulart, Tribunal de Justiça, Praça dos Catraeiros, Praça Nauro Machado, Praça Deodoro, Biblioteca Pública, além do Forte Santo Antônio (na Ponta d'Areia). A programação do Natal na capital ocorrerá em 6 pontos com várias atividades.

A coletiva de imprensa contará com a participação do governador Carlos Brandão; do secretário Yuri Arruda e de representantes das secretarias e autarquias parceiras do evento.
SERVIÇO

O quê: Abertura do Natal do Maranhão 2022;
Quando: A partir desta sexta-feira (2), às 9h;
Onde: Auditório do Palácio dos Leões.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - INSTITUCIONAL
02/12/2022 - BLOG DO VARÃO
POSITIVA
Des. Gonçalo é eleito para o TRE-MA...

Des. Gonçalo é eleito para o TRE-MA...

01/12/2022Martin Varão
O presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, anunciou na sessão plenária administrativa desta quarta-feira (30), a votação para membro titular do TRE-MA, na categoria “desembargador”. Foi eleito, com 29 votos, o desembargador José Gonçalo de Sousa Filho.

Na mesma sessão, o juiz Angelo Antonio Alencar dos Santos foi eleito, com 24 votos, para membro titular do TRE-MA, na categoria “juiz”.

A eleição ocorreu em razão do encerramento do primeiro biênio da desembargadora Angela Maria Moraes Salazar, no cargo de Membro Titular da Corte Eleitoral, na categoria desembargador, no dia 1º de março de 2023, e do magistrado Cristiano Simas de Sousa, no dia 23 de fevereiro de 2023, comunicado oficialmente ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Paulo Velten, por meio dos Ofícios nº 11544 / 2022 – TRE-MA/PR/GP e nº 11575 / 2022.

O desembargador José Gonçalo de Sousa Filho agradeceu a todos os desembargadores e desembargadoras, servidores e servidoras, por terem contribuído para que ele pudesse ser eleito para compor o TRE-MA. “Farei tudo o que estiver ao meu alcance para que mantenhamos nosso Tribunal no patamar que sempre esteve e vamos procurar melhorar sempre”, comentou.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DECISÕES
02/12/2022 - BLOG MARRAPÁ
POSITIVA
Assassino de João Bosco permanecerá solto, decide TJ-MA

Assassino de João Bosco permanecerá solto, decide TJ-MA

A decisão de soltura do desembargador Ronaldo Maciel, em favor de Gilbson César Soares Cutrim Júnior, foi mantida pela 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. A decisão unânime do colegiado foi proferida no último dia 17 de novembro.

Gilbson é o autor confesso do assassinato do empresário João Bosco Sobrinho Pereira Oliveira, ocorrido no último mês de agosto.

No entanto, foram mantidas medidas cautelares alternativas à prisão, tais como comparecimento mensal em juízo e proibição de manter contato ou aproximação com as testemunhas e investigados no inquérito policial.

Preso temporariamente no dia 29 de agosto, com prisão convertida em preventiva posteriormente, Gilbson foi flagrado pelas câmeras de segurança do Edifício Tech Office efetuando três disparos com arma de fogo contra Bosco, no dia 19 daquele mês.

Ao manter a decisão de soltura, os magistrados observaram que o réu constituiu advogado e mostrou-se à disposição da autoridade policial, desde o princípio das investigações, ao assumir a autoria delitiva e fornecer detalhes sobre a prática criminosa.

A Polícia Civil segue apurando se a motivação do homicídio tem relação com suposta divisão de recursos públicos oriundos de um contrato do Governo do Maranhão, em consonância com o depoimento prestado por Gilbson.

De acordo com o autor confesso do crime, o valor de R$ 778.449,92 foi pago pela Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) após lobby do vereador ludovicense Beto Castro (Avante). O parlamentar estava no local, em reunião com Bosco e Gilbson, no momento do homicídio.

O inquérito tramita em segredo de Justiça, sob responsabilidade da Área Leste do Departamento de Homicídios da Capital.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - DESEMBARGADOR
02/12/2022 - BLOG REPÓRTER TEMPO
POSITIVA
Dino já é dado como certo no Ministério da Justiça, podendo também chegar ao Supremo

Flávio Dino se tornará imortal da AML empossado por Lourival Serejo

Flávio Dino será empossado por Lourival Serejo, ambos oriundos da magistratura
O ex-juiz federal, ex-deputado federal, ex-governador, senador eleito e provável ministro da Justiça e Segurança Pública Flávio Dino será empossado hoje na Academia Maranhense de Letras, ocupando a cadeira que foi aberta com a morte do seu pai, o deputado, jornalista e escritor Sálvio Dino, em 2021. O ato será movido por uma curiosidade: o ato de posse será presidido pelo desembargador Lourival Serejo, também escritor e atual presidente da Academia Maranhense de Letras. Os dois têm em comum a origem na magistratura.

São Luís, 01 de Dezembro de 2022.

Jogo do Brasil e Camarões altera atividade do comércio e órgãos públicos em São Luís

2 de dezembro de 2022Redacao Blog

O jogo do Brasil contra Camarões pela Copa do Mundo, nesta sexta-feira (2), às 16h, irá alterar o funcionamento do comércio, órgãos públicos e bancos no Maranhão. De acordo com a norma estabelecida pelo Executivo do estado para a primeira fase da competição, para as partidas que começam às 16h, como a desta sexta, o expediente será das 8h às 14 horas.

Caso a Seleção Brasileira se classificar para jogar as etapas seguintes da Copa do Mundo, o expediente nos órgãos do governo maranhense será definido à medida em que os confrontos forem estabelecidos.

O horário de funcionamento dos órgãos, fundações e autarquias do município de São Luís também mudará, mas os serviços essenciais não serão alterados, como Limpeza Pública, Saúde, Guarda Municipal, fiscalização de trânsito, Defesa Civil e Terminal de Integração de Passageiros.

Comércio – A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Maranhão (Fecomércio-MA) informou que não há regra específica prevista em Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) sobre o horário de funcionamento do comércio em dias de jogos da seleção brasileira na Copa do Mundo 2022.

Dessa forma, as empresas têm liberdade para estabelecer a permanência ou suspensão do expediente. Para a compensação das horas não trabalhadas é necessário firmar, previamente, acordos individuais com os empregados. Ainda segundo a Fecomércio-MA, em caso de interrupção do expediente por decisão exclusiva da empresa, as horas não trabalhadas não poderão ser compensadas posteriormente pelo empregado.

Supermercados – Os supermercados vão funcionar normalmente no Jogo do Brasil contra Camarões.

Energia elétrica – Com o início da Copa do Mundo, a Equatorial Maranhão reorganizou os horários de funcionamento de suas agências e postos de coleta do E+ Reciclagem. No dia 2 de dezembro, quando a seleção joga contra Camarões às 16h, as agências de atendimento funcionarão de 8h às 15h e os postos do E+ Reciclagem estarão abertos de 8h às 14 horas. As mudanças de horários se aplicam somente ao atendimento ao público e demais trabalhos administrativos. O Centro de Operações Integradas e setores operacionais seguem funcionando 24h.

Defensoria Pública do Maranhão e Tribunal de Justiça do Maranhão – O funcionamento será até 14 horas, mantido o trabalho remoto para o atendimento de medidas urgentes. Em caso de classificação para as etapas subsequentes, haverá regulamentação específica. Já o Plantão Judiciário de 1º e 2º Graus funcionará em seu horário normal.

Governo do Estado e Prefeitura de São Luís – O expediente será das 8h às 14 horas. No caso dos servidores que trabalham de 13h às 18h, eles também cumprirão o horário referente ao cronograma. Em caso de classificação do Brasil para as etapas seguintes da Copa, haverá regulamentação específica.

Ministério Público do Maranhão e e órgãos do governo federal no Maranhão – Expediente será das 8h às 14 horas. As regras se estendem a todos os servidores e empregados públicos, os contratados temporários e os estagiários. Ainda de acordo com a portaria, as horas não trabalhadas por conta dos jogos serão compensadas.

Bancos – A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) informou que haverá horários especiais de atendimento ao público em agências bancárias de todo o país nos dias em que a seleção brasileira jogar na Copa do Mundo 2022. Essa alteração será de acordo com o horário da partida, no decorrer da competição.

DMF discute demandas do sistema prisional maranhense

2 de dezembro de 2022
DMF discute demandas do sistema prisional maranhenseFoto: Ascom TJMA
Compartilhe
A continuidade da implantação da Central de Regulação de Vagas Penais como projeto-piloto no Maranhão foi tema de reunião nesta quinta-feira (1º/12), entre o corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho; a juíza auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Karen Luise Vilanova Souza, vinculada ao Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ); os juízes Douglas de Melo Martins, coordenador da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF/TJMA), e Gladiston Nascimento Cutrim, auxiliar da Corregedoria; e a coordenadora local do programa Fazendo Justiça/CNJ, Cláudia Gouveia.

A juíza Karen Luise Vilanova e equipe do DMF/CNJ realizam uma agenda institucional junto ao Poder Judiciário e sistema prisional do Maranhão, com o objetivo de tratar da continuidade do projeto de implantação da Central de Regulação de Vagas Penais; Alternativas Penais e outras pautas vinculadas à melhoria dos serviços do sistema penitenciário do Maranhão.

O projeto-piloto de implantação da Central de Regulação de Vagas foi iniciado em julho deste ano, com a assinatura de Termo de Cooperação Técnica entre o CNJ, TJMA, UMF/TJMA, CGJMA, Escola Superior da Magistratura (ESMAM) e Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP). A Central de Regulação de Vagas opera a partir de uma abordagem sistêmica, que compreende medidas que incidem da porta de entrada à porta de saída do sistema penitenciário, conjugando esforços dos juízos com atribuição para a realização da audiência de custódia e processamento de inquéritos policiais, dos juízos competentes para as fases de conhecimento, recursal e de execução da pena.

A magistrada falou sobre as melhorias buscadas por meio da Central de Regulação de Vagas, como a certificação de vagas prisionais e um lugar ideal em relação aos critérios considerados para a conceituação das vagas do sistema prisional. Ela destacou ainda a importância do fortalecimento da porta de entrada do sistema prisional, das alternativas penais e fez observações em relação a visitas realizadas na última quarta-feira (30/11) na Unidade Prisional Feminina (UPFEM) e UPSL-5 do Complexo Penitenciário. “O que objetivamos é poder cuidar das pessoas precisam cumprir penas dentro do sistema penitenciário”, pontuou.

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho, reafirmou o apoio da Corregedoria no projeto da Central de Vagas e outras iniciativas do Poder Judiciário voltadas à melhoria do sistema penitenciário no Estado e ao combate à violação de direitos humanos, contando com alinhamento e diálogo junto a outros órgãos como a Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF/TJMA), coordenada pelo desembargador Ronaldo Maciel; o Poder Executivo e a Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP).

Ele avaliou a Central de Regulação de Vagas como uma oportunidade de fazer cumprir todas as garantias das pessoas privadas de liberdade, relacionadas não apenas à garantia da vaga mas também de direitos ligados a alimentação, trabalho, capacitação, ventilação, entre outros. “Precisamos buscar o encarceramento digno como uma meta, considerando parâmetros tanto em relação aos presos provisórios quanto aos sentenciados”, observou.

A agenda do DMF/CNJ no Maranhão também envolve a realização de reunião de trabalho sobre as prioridades de atuação do Eixo 1 no Maranhão com a 2ª VEP, com enfoque em alternativas penais e interface com o piloto da Central de Regulação de Vagas; visita técnica à Central Integrada de Alternativas Penais (CIAPIS) e APEC; reunião de trabalho focada na atuação da UMF sobre Alternativas Penais e implicações para a operação da Central de Regulação de Vagas; e reunião de trabalho junto à SEAP para apresentação do Eixo 1 do Programa Fazendo Justiça -“Porta de Entrada e Alternativas Penais”.

Fonte: TJMA

Justiça determina que a Caema regularize estações de tratamento de esgoto em São Luís

A Caema diz que a implementação de melhorias já está planejada.
Imirante, com informações do MP-MA

02/12/2022 às 06h59 - Atualizada em 02/12/2022 às 07h11
Empresa deverá manter em pleno funcionamento os equipamentos em ETEs.
Empresa deverá manter em pleno funcionamento os equipamentos em ETEs. (Foto: Arquivo/O Estado)
SÃO LUÍS - Atendendo a pedidos formulados pelo Ministério Público do Maranhão (MP-MA), a Justiça condenou a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) a promover a instalação de ozonizadores ou outra tecnologia (igual ou superior) nas Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) do Jaracaty e Bacanga.

A empresa também deverá manter em pleno funcionamento os equipamentos nessas ETEs e na do Vinhais, observando o licenciamento ambiental aprovado. Ainda segundo a decisão, a Caema deverá adotar as medidas necessárias para adotar a melhor tecnologia disponível no prazo de um ano, o que deve ser fiscalizado pelo Estado do Maranhão.

Em caso de descumprimento da decisão da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, foi estabelecida multa diária de R$ 1 mil.

A Caema e o Estado do Maranhão também foram condenados a reparar os danos ambientais causados pelo funcionamento irregular das ETEs, com lançamento de esgotos sem tratamento no rio Anil, além de dano moral coletivo. O valor estabelecido foi de R$ 500 mil, a ser rateado entre os réus.

Além disso, o Estado do Maranhão foi condenado a realizar vistorias antes da concessão de licença de operação em empreendimentos que possuam equipamentos de controle de poluição, também sob pena de multa diária de R$ 1 mil, em caso de descumprimento.

A decisão judicial atende aos pedidos formulados pela 1ª Promotoria de Justiça Especializada de Defesa do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural de São Luís, que tem como titular o promotor de Justiça Luís Fernando Cabral Barreto Júnior. Na ação, o Ministério Público afirma que a Estação de Tratamento de Esgotos do Vinhais foi inaugurada “sem que todos os equipamentos necessários para o referido tratamento estivessem em operação”.

Além disso, a última etapa do tratamento de esgotos, a ozonização, não estaria ocorrendo nas três ETEs de São Luís, pois nas unidades do Jaracaty e Bacanga os equipamentos não funcionavam. No caso da ETE Vinhais, o sistema gerador de ozônio passou a funcionar em abril de 2018, mesmo com a Estação tendo sido inaugurada em 8 de agosto de 2016.

O promotor de Justiça observou, ainda, que a ETE “foi licenciada a operar e operou sem que o sistema de ozonização estivesse funcionando, o que caracterizaria o lançamento de resíduos líquidos sem tratamento,

configurado, deste modo, dano ambiental”.

O que é ozonização e para que serve?

A ozonização é um processo de desinfecção que usa introdução de ozônio no efluente. Ele é gerado in loco e aplicado no resíduo tratado.

“A ideia é que, após o tratamento de esgoto, seja introduzido ozônio porque, pela capacidade oxidante, ele consegue eliminar microrganismos patogênicos que tenha ainda no esgoto”, explica o professor Ulisses Magalhães Nascimento, do Departamento de Tecnologia Química da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

O professor lembra que o cloro é muito usado para desinfecção de água potável. E explica por que ele não é recomendado para água de esgoto. “Porque por mais que o efluente esteja tratado ainda tem uma certa quantidade de matéria orgânica, e se aplicar cloro ele vai forma o trialometano, que são poluentes orgânicos no corpo d’água”, diz.

Resposta da Caema

Por meio de nota, a Caema disse que todas as medidas apontadas na decisão já estão em estudo para implementação. Leia:

“A Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) informa que as melhorias correlatas à sentença da Vara de Interesses Difusos e Coletivos já são objeto de estudo e com implementação planejada por parte da Companhia. Contudo, a referida decisão é passível de recurso junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJ-MA)”.

Jogo do Brasil contra Camarões muda horário de bancos, comércio e mais no Maranhão

A Seleção Brasileira entra em campo nesta sexta-feira (24), às 16h.
Imirante.com*

02/12/2022 às 06h21
A maioria das lojas faz uma pausa no expediente. Foto: Arquivo/O Estado.
A maioria das lojas faz uma pausa no expediente. Foto: Arquivo/O Estado.
SÃO LUÍS - O jogo do Brasil contra Camarões pela Copa do Mundo do Qatar nesta sexta-feira (2), às 16h, altera os horários de funcionamento de bancos, comércio, funcionalismo público e de outros serviços.

No Maranhão, segundo a norma estabelecida pelo Executivo local para os jogos que começam às 16h, ou seja, a partida de hoje contra Camarões, o expediente será das 8h às 14h.

O horário de funcionamento dos órgãos, fundações e autarquias do município de São Luís também é diferenciado, mantendo serviços essenciais inalterados, como Limpeza Pública, Saúde, Guarda Municipal, fiscalização de trânsito, Defesa Civil e Terminal de Integração de Passageiros.

Governo do Estado e Prefeitura de São Luís

02/12 (sexta-feira): Brasil X Camarões, 16h. Expediente das 8h às 14h

Comércio

Com relação ao horário de funcionamento do comércio em dias de jogos da seleção brasileira na Copa do Mundo 2022, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Maranhão (Fecomércio-MA) já tinha informado que não há regra específica prevista em Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

Ou seja, as empresas têm liberdade para estabelecer a permanência ou suspensão do expediente. Para a compensação das horas não trabalhadas é necessário firmar, previamente, acordos individuais com os empregados. A maioria acaba fazendo uma pausa no expediente para torcer pela nossa seleção.

Segundo a Fecomércio-MA, em caso de interrupção por decisão exclusiva da empresa, as horas não trabalhadas não poderão ser compensadas posteriormente pelo empregado.

Bancos

Os bancos também seguem expediente diferente, seguindo decisão comunicada pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

O horário de funcionamento hoje é das 9h às 14h. Em todos os casos, considera-se o horário de Brasília.

Se o Brasil avançar para as etapas seguintes e tiver algum jogo marcado para às 12h, o horário de atendimento ao público será das 9h às 11h e das 15h30 às 16h30. Segundo a Febraban, a decisão considera questões como a segurança das agências e de transporte de valores.

Supermercados

Os supermercados vão funcionar normalmente neste dia de jogo do Brasil.

Defensoria Pública do Maranhão

Quando os jogos ocorrerem às 16h, o expediente irá até 14h
Tribunal de Justiça do Maranhão

O expediente interno é encerrado às 14 horas, quando o jogo da Seleção tiver seu início às 16 horas, mantido o trabalho remoto para o atendimento de medidas urgentes.

Em caso de classificação para as etapas subsequentes, haverá regulamentação específica. Já o Plantão Judiciário de 1º e 2º Graus funcionará em seu horário normal.

Ministério Público do Maranhão

02/12 (sexta-feira): Brasil X Camarões, 16h. Expediente das 8h às 14h
Órgãos do governo federal no MA

De acordo com as orientações, publicadas no Diário Oficial da União, nos dias em que o jogo da seleção brasileira ocorrer às 12h, não haverá expediente; quando o Brasil jogar às 13h, funcionários serão dispensados às 11h; em dias de jogos às 16h, o trabalho é encerrado às 14h.

As regras se estendem a todos os servidores e empregados públicos, os contratados temporários e os estagiários. Ainda de acordo com a portaria, as horas não trabalhadas por conta dos jogos terão de ser compensadas entre 1º de dezembro de 2022 e 31 de maio de 2023.

Energia elétrica

A Equatorial Maranhão reorganizou os horários de funcionamento de suas agências e postos de coleta do E+ Reciclagem.

Nesta sexta (2), quando a seleção joga com Camarões às 16h: as agências de atendimento funcionarão de 8h às 15h; os postos do E+ Reciclagem estarão abertos de 8h às 14h.

Caso queira trocar material reciclável por bônus na conta de energia em um dos postos do E+ Reciclagem, o cliente deve antecipar ou deixar a entrega para depois.

Vale destacar que as mudanças de horários se aplicam somente ao atendimento ao público e demais trabalhos administrativos. O Centro de Operações Integradas e setores operacionais seguem funcionando 24h.

*Com informações das assessorias de Comunicação

Veja como será o funcionamento dos serviços e comércio no Maranhão nesta sexta-feira (2)

O jogo entre o Brasil e Camarões vai alterar a rotina do comércio, órgãos públicos e bancos.

(Foto: Reprodução)

Por: Da Redação
02 de Dezembro de 2022
Nesta sexta-feira (2), o jogo do Brasil contra Camarões pela Copa do Mundo, às 16h, irá alterar o funcionamento do comércio, órgãos públicos e bancos no Maranhão.

Segundo a norma estabelecida pelo Executivo do estado para a primeira fase da competição, para as partidas que começam às 16h, como a desta sexta, o expediente será das 8h às 14h.

O horário de funcionamento dos órgãos, fundações e autarquias do município de São Luís também é diferenciado, mantendo serviços essenciais inalterados, como limpeza pública, saúde, guarda municipal, fiscalização de trânsito, defesa civil e terminal de integração de passageiros.

Se a Seleção Brasileira se classificar para jogar as etapas seguintes da Copa do Mundo, o expediente nos órgãos do governo maranhense será definido à medida em que os confrontos forem estabelecidos.

CONFIRA A LISTA:
Bancos
Os bancos também seguem expediente diferente, seguindo decisão comunicada pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

O horário de funcionamento hoje é das 9h às 14h. Em todos os casos, considera-se o horário de Brasília.

Se o Brasil avançar para as etapas seguintes e tiver algum jogo marcado para às 12h, o horário de atendimento ao público será das 9h às 11h e das 15h30 às 16h30.

Comércio
A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Maranhão (Fecomércio-MA) informou que não há regra específica prevista em Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) sobre o horário de funcionamento do comércio em dias de jogos da seleção brasileira na Copa do Mundo 2022.

As empresas têm liberdade para estabelecer a permanência ou suspensão do expediente. Para a compensação das horas não trabalhadas é necessário firmar, previamente, acordos individuais com os empregados.

Em caso de interrupção do expediente por decisão exclusiva da empresa, as horas não trabalhadas não poderão ser compensadas posteriormente pelo empregado.

Defensoria Pública do Maranhão
Quando os jogos ocorrerem às 16h, o expediente irá até 14h.

Energia elétrica
A Equatorial Maranhão reorganizou os horários de funcionamento de suas agências e postos de coleta do E+ Reciclagem. No dia 2 de dezembro, quando a seleção joga contra Camarões às 16h, as agências de atendimento funcionarão de 8h às 15h e os postos do E+ Reciclagem estarão abertos de 8h às 14h.

Caso queira trocar material reciclável por bônus na conta de energia em um dos postos do E+ Reciclagem, o cliente deve antecipar ou deixar a entrega para depois

As mudanças de horários se aplicam somente ao atendimento ao público e demais trabalhos administrativos. O Centro de Operações Integradas e setores operacionais seguem funcionando 24h.

Governo do Estado, Ministério Público do Maranhão e Prefeitura de São Luís
Expediente das 8h às 14h.

Órgãos do governo federal no Maranhão
De acordo com as orientações, publicadas no Diário Oficial da União, em dias de jogos às 16h, o trabalho é encerrado às 14h.

As regras se estendem a todos os servidores e empregados públicos, os contratados temporários e os estagiários.

As horas não trabalhadas por conta dos jogos terão de ser compensadas entre 1º de dezembro de 2022 e 31 de maio de 2023.

Supermercados
Os supermercados vão funcionar normalmente no Jogo do Brasil contra Camarões.

Tribunal de Justiça do Maranhão
O expediente interno é encerrado às 14 horas, quando o jogo da Seleção tiver seu início às 16 horas, mantido o trabalho remoto para o atendimento de medidas urgentes.

Em caso de classificação para as etapas subsequentes, haverá regulamentação específica. Já o Plantão Judiciário de 1º e 2º Graus funcionará em seu horário normal.

Conciliação Itinerante soluciona conflitos da população de Anajatuba

Durante o projeto Conciliação Itinerante, promovido na comarca de Anajatuba, nessa quarta (30/11), cidadãos e cidadãs resolveram questões de divórcio, pensão alimentícia, guarda compartilhada, investigação de paternidade, de forma rápida e gratuita.

O evento foi realizado pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA), presidido pelo desembargador José Gonçalo Filho e coordenado pelo juiz Marcelo Oka, na Colônia de Pescadores (Praça da Matriz, nº 71, Centro).

O intuito da ação é ampliar o acesso da população à Justiça, oferecendo uma prestação jurisdicional ágil e efetiva, com vistas à pacificação social. Nesta quinta-feira (1º/12), o projeto acontece na Comarca de Itapecuru-Mirim, na Rua Mariana Luz, s/n, Centro, até as 18h.

JUSTIÇA DE PROXIMIDADE

A Conciliação Itinerante está inserida nas atividades do Programa Justiça de Proximidade do Poder Judiciário do Maranhão, promovido pela Alta Administração, que também realiza ações nas comarcas, com vistas ao aprimoramento da Justiça.

Com o tema "Fazer bem e depressa por uma Justiça de proximidade", o programa também leva aos municípios o projeto Registro Cidadão, que oferece à população serviços de emissão do Registro de Nascimento, Procedimento do Registro Tardio de Óbito e Nascimento e emissão de segundas vias das certidões de nascimento, casamento e óbito, através da serventia extrajudicial de Registro Civil de Pessoas Naturais competente.

O presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, acompanhou as ações do projeto Justiça de Proximidade, em Anajatuba, ao lado do presidente do Nupemec/TJMA, desembargador José Gonçalo Filho, do juiz auxiliar da Presidência, José Nilo Ribeiro, do juiz titular da Comarca, Bruno Chaves de Oliveira, do prefeito Hélder Aragão, além de representantes de instituições parceiras, servidores e servidoras da Justiça.

O presidente do Nupemec/TJMA, desembargador José Gonçalo Filho, enfatizou a importância e o diferencial do projeto Conciliação Itinerante integrar as ações do projeto Justiça de Proximidade. "À medida que unimos os setores do Tribunal, durante o projeto Justiça de Proximidade, nas comarcas, contribuímos para disseminar a cultura da conciliação junto à sociedade. O nosso presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, e o nosso corregedor-geral, desembargador Froz Sobrinho, têm se engajado para aproximar, cada vez mais, o Judiciário da população".

DADOS

De acordo com a Coordenação de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJMA, a pauta desta edição da Conciliação Itinerante, em Anajatuba (30/11) e Itapecuru-Mirim (1º/12), possui 553 audiências processuais (previamente agendadas). Os conciliadores e conciliadoras do TJMA, devidamente capacitados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), atendem a população, na resolução de demandas pré-processuais (sem ação judicial) e processuais (com ação judicial).

.

Juíza do DMF/CNJ cumpre agenda em prol do sistema prisional do MA

O Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ), por meio da juíza auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Karen Luise Vilanova Souza e equipe, realiza até essa sexta-feira, 2, visita institucional junto ao Poder Judiciário e sistema penitenciário do Maranhão, com o objetivo de tratar da continuidade do projeto de implantação da Central de Regulação de Vagas Penais; Alternativas Penais e outras pautas vinculadas à melhoria dos serviços do sistema penitenciário do Maranhão.

Nesta quarta-feira, 30, a magistrada realizou visita à Unidade Prisional Feminina (UPFEM) e à UPSL-5 do Complexo Penitenciário São Luís (Pedrinhas), juntamente ao juiz Douglas de Melo Martins, coordenador da Unidade de Monitoramento Carcerário (UMF/TJMA), onde conversou com homens e mulheres que cumprem pena nas unidades e verificou as condições dos serviços oferecidos, com o fim principal de avaliar como o CNJ pode colaborar com o TJMA e a melhoria dos serviços penitenciários.

Na terça-feira, 29, a juíza e equipe do DMF reuniram-se com o coordenador-geral da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do sistema carcerário (UMF), desembargador Ronaldo Maciel; os juízes coordenadores da UMF/TJMA, Douglas de Melo Martins (sistema carcerário) e José dos Santos Costa (sistema socioeducativo); o juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça Gladston Nascimento Cutrim; a coordenadora local do programa Fazendo Justiça do CNJ/PNUD, Claudia Gouveia; a analista de Regulação de Vagas do programa Fazendo Justiça, Julia Faustina Abad; a Coordenadora do Eixo 1 do Programa Fazendo Justiça, Fabiana Leite; o coordenador-executivo da UMF/TJMA, Miguel Moyses, e equipe de servidores, para tratar do alinhamento em relação ao seguimento do projeto de implantação da Central de Regulação de Vagas Penais.

O projeto-piloto de implantação da Central de Regulação de Vagas foi iniciado em julho deste ano, com a assinatura de Termo de Cooperação Técnica entre o CNJ, TJMA, UMF/TJMA, CGJMA, Escola Superior da Magistratura (ESMAM) e Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP). A iniciativa adota boas práticas nacionais e internacionais para que o Judiciário tenha mais elementos ao decidir casos que envolvem fluxos de pessoas encarceradas, reduzindo a superlotação de forma definitiva e equilibrando gastos públicos com o sistema prisional.

A magistrada Karen Luíse ressaltou que a implantação da Central de Regulação de Vagas, à qual o estado do Maranhão se colocou empenhado na execução, representa uma preocupação do estado brasileiro e do Poder Judiciário no objetivo de equalizar a situação da população prisional. "O CNJ objetiva contribuir para aperfeiçoar os serviços e tornar o cumprimento da pena justo, digno, humano e na medida em que foi aplicada, de forma alguma de maneira cruel ou desumana", observou.

O desembargador Ronaldo Maciel reafirmou o compromisso do Tribunal de Justiça e da UMF em relação à Central de Regulação de Vagas, pontuando algumas dificuldades relacionadas a dados e sistemas que estão sendo trabalhadas pelo Judiciário durante a fase de implantação da Central.

O juiz Douglas de Melo Martins ressaltou que a implementação do projeto no Maranhão contou com interlocução do Judiciário com outras instituições e os magistrados criminais. "Existe uma base que levou à confiança de todos para viabilidade da implantação da Central e esse alinhamento inicial conferiu sustentabilidade ao projeto-piloto", observou.

Os presentes trataram ainda sobre outras demandas envolvendo a continuidade de implantação do projeto-piloto, a respeito de critérios para distribuição das vagas dos presídios da capital; relação do projeto-piloto com sistemas como o Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP), MASPEN, entre outros.

A agenda do DMF/CNJ no Maranhão também envolve a realização de reunião de trabalho sobre as prioridades de atuação do Eixo 1 no Maranhão com a 2ª VEP, com enfoque em alternativas penais e interface com o piloto da Central de Regulação de Vagas; visita técnica à Central Integrada de Alternativas Penais (CIAPIS) e APEC; reunião de trabalho focada na atuação da UMF sobre Alternativas Penais e implicações para a operação da Central de Regulação de Vagas; e reunião de trabalho junto à SEAP para apresentação do Eixo 1 do Programa Fazendo Justiça -"Porta de Entrada e Alternativas Penais".

Juíza do DMF/CNJ cumpre agenda em prol do sistema prisional do Maranhão

Comentar
Juliana Mendes - Agência TJMA de Notícias
Agência TJMA de NotíciasJuíza auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça visitou unidades do Complexo Penitenciário São Luís - Fotos: Divulgação

O Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ), por meio da juíza auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Karen Luise Vilanova Souza e equipe, realiza até essa sexta-feira, 2, visita institucional junto ao Poder Judiciário e sistema penitenciário do Maranhão, com o objetivo de tratar da continuidade do projeto de implantação da Central de Regulação de Vagas Penais; Alternativas Penais e outras pautas vinculadas à melhoria dos serviços do sistema penitenciário do Maranhão.

Nesta quarta-feira, 30, a magistrada realizou visita à Unidade Prisional Feminina (UPFEM) e à UPSL-5 do Complexo Penitenciário São Luís (Pedrinhas), juntamente ao juiz Douglas de Melo Martins, coordenador da Unidade de Monitoramento Carcerário (UMF/TJMA), onde conversou com homens e mulheres que cumprem pena nas unidades e verificou as condições dos serviços oferecidos, com o fim principal de avaliar como o CNJ pode colaborar com o TJMA e a melhoria dos serviços penitenciários.

Juíza auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça visitou unidades do Complexo Penitenciário São Luís nessa quarta-feira, 30 - Fotos: Divulgação
Na terça-feira, 29, a juíza e equipe do DMF reuniram-se com o coordenador-geral da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do sistema carcerário (UMF), desembargador Ronaldo Maciel; os juízes coordenadores da UMF/TJMA, Douglas de Melo Martins (sistema carcerário) e José dos Santos Costa (sistema socioeducativo); o juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça Gladston Nascimento Cutrim; a coordenadora local do programa Fazendo Justiça do CNJ/PNUD, Claudia Gouveia; a analista de Regulação de Vagas do programa Fazendo Justiça, Julia Faustina Abad; a Coordenadora do Eixo 1 do Programa Fazendo Justiça, Fabiana Leite; o coordenador-executivo da UMF/TJMA, Miguel Moyses, e equipe de servidores, para tratar do alinhamento em relação ao seguimento do projeto de implantação da Central de Regulação de Vagas Penais.

O projeto-piloto de implantação da Central de Regulação de Vagas foi iniciado em julho deste ano, com a assinatura de Termo de Cooperação Técnica entre o CNJ, TJMA, UMF/TJMA, CGJMA, Escola Superior da Magistratura (ESMAM) e Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP). A iniciativa adota boas práticas nacionais e internacionais para que o Judiciário tenha mais elementos ao decidir casos que envolvem fluxos de pessoas encarceradas, reduzindo a superlotação de forma definitiva e equilibrando gastos públicos com o sistema prisional.

Juíza auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça visitou unidades do Complexo Penitenciário São Luís nessa quarta-feira, 30 - Fotos: Divulgação
A magistrada Karen Luíse ressaltou que a implantação da Central de Regulação de Vagas, à qual o estado do Maranhão se colocou empenhado na execução, representa uma preocupação do estado brasileiro e do Poder Judiciário no objetivo de equalizar a situação da população prisional. “O CNJ objetiva contribuir para

aperfeiçoar os serviços e tornar o cumprimento da pena justo, digno, humano e na medida em que foi aplicada, de forma alguma de maneira cruel ou desumana”, observou.

O desembargador Ronaldo Maciel reafirmou o compromisso do Tribunal de Justiça e da UMF em relação à Central de Regulação de Vagas, pontuando algumas dificuldades relacionadas a dados e sistemas que estão sendo trabalhadas pelo Judiciário durante a fase de implantação da Central.

O juiz Douglas de Melo Martins ressaltou que a implementação do projeto no Maranhão contou com interlocução do Judiciário com outras instituições e os magistrados criminais. “Existe uma base que levou à confiança de todos para viabilidade da implantação da Central e esse alinhamento inicial conferiu sustentabilidade ao projeto-piloto”, observou.

Os presentes trataram ainda sobre outras demandas envolvendo a continuidade de implantação do projeto-piloto, a respeito de critérios para distribuição das vagas dos presídios da capital; relação do projeto-piloto com sistemas como o Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP), MASPEN, entre outros.

A agenda do DMF/CNJ no Maranhão também envolve a realização de reunião de trabalho sobre as prioridades de atuação do Eixo 1 no Maranhão com a 2ª VEP, com enfoque em alternativas penais e interface com o piloto da Central de Regulação de Vagas; visita técnica à Central Integrada de Alternativas Penais (CIAPIS) e APEC; reunião de trabalho focada na atuação da UMF sobre Alternativas Penais e implicações para a operação da Central de Regulação de Vagas; e reunião de trabalho junto à SEAP para apresentação do Eixo 1 do Programa Fazendo Justiça -"Porta de Entrada e Alternativas Penais”.